



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012		
Faxinal-Pr, sexta-feira, 18 de maio de 2018	Ano VII Edição nº78/2018	Pág. 1
ATOS DO PODER EXECUTIVO		

**Diário Oficial Eletrônico do Município de Faxinal**  
Lei Municipal nº 1549/2012, 07 de março de 2012  
**Ylson Alvaro Cantagallo**  
Prefeito Municipal  
**Departamento Municipal de Licitação e compras**  
Setor responsável pela edição, publicação e assinatura digital  
Avenida Brasil, 694, centro  
CEP: 86840-000  
Fone: (43) 3461-1332  
Faxinal - PR  
Email: [diariooficial@faxinal.pr.gov.br](mailto:diariooficial@faxinal.pr.gov.br)  
Site: [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conselho Municipal de Assistência Social  
Rua Antonio Silveira Melo, nº 520, Centro, Tel. (43) 3461-3781 - CEP 86840-000 - FAXINAL / PR

### RESOLUÇÃO Nº 001/2018

SÚMULA – APROVA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2014 A 2017, PARA 31/12/2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal de Assistência Social nº 740, de 28/11/1995 e suas alterações;  
Considerando a deliberação da reunião realizada em 24/04/2018,

### RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prorrogação do Prazo de Vigência do Plano Municipal de Assistência Social, referente aos Exercícios de 2014 a 2017, para 31/12/2018.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Faxinal, 24 de Abril de 2018.

MARTA MARIA GALVÃO HAIDER  
Presidente do CMAS

## LICITAÇÃO

### AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

CHAMADA PÚBLICA Nº. 004/2018

**OBJETO:** Seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) entidades sem fins lucrativos, OSs ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), visando a formação de vínculo de cooperação com o Município de Faxinal em conformidade à Lei nº 13.019/2014.

**PRAZO DE INSCRIÇÃO:** DE 18 DE MAIO DE 2018 A 18 DE JUNHO DE 2018.

Informações Complementares e o Edital Completo poderão ser adquiridas na Avenida Brasil, 694 – Centro – Fone (43) 3461-1332 – Departamento de Compras e Licitações, ou através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br).

Prefeitura Municipal de Faxinal-PR, 17 de Maio de 2018.

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
PREFEITO MUNICIPAL

**I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1651/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2017 – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL.**

O MUNICÍPIO DE FAXINAL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa, situada à Avenida Brasil, 694 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.771.295/0001-07, neste ato devidamente representando pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **YLSO ALVARO CANTAGALLO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 3.010.927-9e inscrito no CPF/MF sob o nº 453.674.859-87, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a **COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS ADECREOL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 77.708.576/0001-32, neste ato, representada pelo Sr. **JOSÉ MAURICIO DAVANTEL**, inscrita no CPF nº. 544.887.889-04 e Cédula de Identidade RG nº 3.435.578-9 SSP/PR, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam este **I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1651/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2017**, nos termos que seguem:

### OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL.**

### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera-se a cláusula Segunda do Contrato original do valor unitário do Item 3 que era de **R\$ 2,89** (dois reais e oitenta e nove centavos) para **R\$ 3,32** (três reais e trinta e dois centavos) e do Item 4 que era de **R\$ 2,99** (Dois reais e noventa e nove centavos), para **R\$ 3,36** (Três reais e trinta e seis centavos) Sendo o acréscimo em aproximadamente 15% e 12,6% devido ao reequilíbrio econômico financeiro, com base no artigo 65 inciso II alínea "d" da Lei Federal 8.666/93, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Valor Original	Valor Ajustado
3	OLEO DIESEL S-500	Lts	3,19	3,67
4	OLEO DIESEL S-500	Lts	3,22	3,65

### CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DO VALOR

Em virtude do reequilíbrio financeiro, altera-se o valor contratual prescrito na Clausula Terceira do contrato original que era de **R\$ 298.047,52** (Duzentos e noventa e oito mil, quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) passa a ser de **R\$ 339.899,40** (Trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

O pedido de reequilíbrio de preços formalizado pela empresa **COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS ADECREOL LTDA**, em razão do reajuste dos preços dos combustíveis autorizados pelo Governo Federal, com acompanhamento da nota fiscal de compra anterior e posterior ao aumento de preços nos meses de julho e agosto de 2017, devidamente comprovado.

### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusulas DO CONTRATO Nº 1454/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017.

Edifício da Prefeitura Municipal de Faxinal, Estado do Paraná, ao quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete (14/08/2017).

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**

## DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, sexta-feira, 18 de maio de 2018

Ano VII Edição nº78/2018

Pág. 2

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

Prefeito Municipal

MAURÍCIO JOSÉ DAVANTEL  
Sócio Administrador  
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

YLSO ALVARO CANTAGALLO, Prefeito do Município de Faxinal, Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados, que foi HOMOLOGADA, a adjudicação do Edital de Pregão Nº 36/2018, visando a AQUISIÇÃO DE TABLETS VISANDO ATENDER AOS PROFESSORES E ALUNOS DA REDE MUNICIPAL CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR 201403028/ EMENDA PARLAMENTAR 3680004/2013, em favor da seguinte empresa:

Fornecedor: MICRO SERVICE ELETRÔNICOS LTDA  
CNPJ/CPF: 02.405.020/0001-78  
Endereço: PEDRO ALVES, 945, CENTRO, Guarapuava, PR, CEP: 85010-080

LOTE 1

Valor Total do Lote: 40.777,44 (quarenta mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	TABLET EDUCACIONAL 10" - Processador, com no mínimo 4 (quatro) NÚCLEOS, COM CLOCK MÍNIMO DE 1.2 GHz; Capaz de executar arquivos de áudio, vídeo e demais aplicações educacionais; as funções de decodificação de áudio, vídeo e demais aplicações educacionais; As funções de decodificação de áudio e vídeo devem ser aceleradas por hardware; Possuir decodificação por hardware para pelo menos os seguintes formatos de mídia: H263, H264; e MPEG4 para vídeo e MP3 e MP4 (AAC) para áudio; Para o procedimento de aferição do desempenho e da qualidade dos equipamentos ofertados, sugerimos os software An Tu Tu Benchmark e/ou Quadrant Benchmark. - 1 - MEMÓRIA RAM: Mínimo de 1 GB (um gigabyte). - 2 - TELA: Tela colorida e construída com tecnologia LCD ou OLED, com retroiluminação e com tamanho mínimo de 9 (nove) e máximo de 10.1" (dez vírgula uma polegadas); Multitouch (capacitiva); Possuir PPI (pixel Per Inch) mínimo de 90; Possuir brilho mínimo de 300 cd/m2; Frequência de atualização 60Hz; Resolução mínima 1280x800. - 4-	MULTILASER NB253	UND	48	849,53	40.777,44

ARMAZENAMENTO: Interno do tipo flash; capacidade mínima de 16 GB (dezesseis gigabytes). 5 - CONECTIVIDADE (INTEGRADA AO EQUIPAMENTO): a) wi-fi padrão IEEE 802.11 b/g/n; Bluetooth versão 4.0 ou superior; Miracast e ou WIDI; Rede de dados 3G: Frequência compatível com todas as operadoras de telefonia brasileira que ofertam o serviço 3G; 3 - GARANTIA: Garantia Total de 24 meses - 7- INTERFACES: a) Microfone e alto-falante integrados ao gabinete; b) Saída para fone de ouvidos para conector padrão P2 de 3,5mm e com 3 pontos de contrato (terra, áudio, direito e esquerdo); c) Possui Slot para o Sim card. - 8 - CÂMERA FRONTAL E TRASEIRA: a) Integrada ao equipamento; b) Câmera traseira com resolução mínima de 2 MP, foco automático e zoom digital; Câmera frontal com resolução mínima de 0,3 MP VGA; Permitir filmar e tirar fotos. - 9 - BATERIA: Interna; e recarregável; vida útil pelo menos 500 ciclos de carga/descarga; lítio-ion ou polímero de lítio; capacidade 5600mAh; permitir carregamento, DC-in USB; duração mínima de 5 horas com navegação web via wi-fi; tempo máximo de recarga máximo de 2 horas e permitir que o tablet seja utilizado enquanto a bateria estiver sendo carregada. - 10 - GABINETE: o gabinete não poderá apresentar saliências, pontas ou estruturas externas perfurantes ou cortantes; resistência a impactos dinâmicos a uma altura de pelo menos 60 cm em piso rígido (tipo cerâmico); deve possuir teclas para controle de volume de som. - 11- PESO MÁXIMO: 800g sem acessórios. - 12 - FUNCIONALIDADES: Possuir acelerômetro; sensor de luz ambiente com capacidade para ajuste automático do brilho da tela. O ajuste do brilho da tela também deve ser configurável manualmente, ou seja, sem o uso do sensor de luz; permitir a mudança da orientação da tela e o bloqueio da posição; Recurso de vídeo: IV gravação em HD (720p),

## DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, sexta-feira, 18 de maio de 2018

Ano VII Edição nº78/2018

Pág. 3

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

sendo que para vídeo utilizar codificação H.264 e para áudio codificação AAC; v. formatos de reprodução: H263, H264, MP3, MPEG-4; Taxa de captura e reprodução de vídeo: 30 fps. - SISTEMA OPERACIONAL: Sistema operacional Android com a última versão atualizada, ou seja, a versão do sistema que já tiver 6 meses no mercado, será utilizada; Suporte a configuração de proxy para redes wi-fi. Este suporte deve ser integrado à aplicação de configuração de rede sem fio e sem a necessidade de aplicativos ou softwares extras; Aplicações: agenda, calendário, relógio com horário mundial, alarme, calculadora e cronômetro; permitir a decodificação dos seguintes formatos de arquivos: mp3; 3gp (AMR, AAC, H263, H264 E MPEG4); MP4 (AAC e H264); ogg (Vorbis áudio); wav (PCM); software para ebook compatível com pelo menos epub e pdf. Permitir o uso de DRM (digital Rights Management - Gerenciamento de Direito digitais); software para visualização de documento compatível com os padrões: ppt, pptx, doc, xls, xlsx, ods, odp, pdf etc; Software para e-mail compatível com gmail e microsoft Exchange, POP3/IMAP; solução para espelhamento de tela (Miracast, WIDI)					
---	--	--	--	--	--

Valor Total Homologado: R\$ 40.777,44

- O valor global proposto para o fornecimento dos itens é de R\$ 40.777,44 (quarenta mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos);
- As condições de fornecimento, pagamento e garantia serão conforme o Edital.

Faxinal, 18 de maio de 2018.

YLSO ALVARO CANTAGALLO  
Prefeito Municipal

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO 1629/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DE ÔNIBUS PLACAS AAS-1541.

O MUNICÍPIO DE FAXINAL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa, situada à Avenida Brasil, 694 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.771.295/0001-07, neste ato devidamente representando pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. YLSO ALVARO CANTAGALLO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 3.010.927-9e inscrito no CPF/MF sob o nº 453.674.859-87, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado

CONTRATANTE, e de outro lado e de outro lado a empresa PARANÁ REFORMADORA DE ÔNIBUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.168.148/0001-16, com sede na ROD BR 466 KM 375, S/N, CEP 86860000, PARQUE INDUSTRIAL, em Jardim Alegre -PR., neste ato representada pelo Sr. SEBASTIÃO FLORENTINO MARTINS, portador da C/VRG nº 3.042.183-3 da SSP/PR, e inscrito no CPF/MF nº 402.398.029-34, residente e domiciliado em Jardim Alegre -PR, doravante denominada CONTRATADA. CONTRATADA, firmam este I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1629/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017, nos termos que seguem:

### OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DE ÔNIBUS PLACAS AAS-1541.**

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:

Prorroga-se o prazo de vigência constante na cláusula segunda do contrato original, que encerraria aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito (04/05/2018) por mais 60 (sessenta) dias passando a encerrar-se aos quatro dias do mês de julho de dois mil e dezoito (04/07/2018).

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusulas DO CONTRATO Nº 1629/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com duas testemunhas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Faxinal, Estado do Paraná, aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito (03/05/2018).

YLSO ALVARO CANTAGALLO  
Prefeito Municipal

402.398.029-34 – SEBASTIÃO FLORENTINO MARTINS  
Sócio Administrador

### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
RG. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_  
RG. \_\_\_\_\_

### AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº. 46/2018  
Processo Administrativo de Compra nº 68/2018

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE SECADORA DE ROUPAS E CONDICIONADORES DE AR DESTINADOS A CRECHE PROINFÂNCIA TIPO B DE ACORDO COM O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS PAR Nº 2340000622201191 E TERMO DE COMPROMISSO Nº 201300594**, conforme quantidades estimadas e especificações constantes do Anexo I, que integra o presente edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 13:00 horas do dia 05 de junho de 2018.  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 13:15 horas do dia 05 de junho de 2018.

Informações Complementares e o Edital Completo poderão ser adquiridas na Avenida Brasil, 694 – Centro – Fone (43) 3461-1332 – Departamento de Compras e Licitações, ou através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br).

Prefeitura Municipal de Faxinal-PR, 18 de maio de 2018.

YLSO ALVARO CANTAGALLO  
Prefeito Municipal

## DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012		
Faxinal-Pr, sexta-feira, 18 de maio de 2018	Ano VII Edição nº78/2018	Pág. 4
ATOS DO PODER EXECUTIVO		

## ADMINISTRAÇÃO

DECRETO 7867/2018

**SÚMULA:** Institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil no Município de Faxinal – COMPDEC e autoriza a criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências;

Art. 1º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC é o órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação das ações de proteção e defesa civil, no município.

Art. 2º - São atividades da COMPDEC:

- I - Articular, coordenar e gerenciar ações de proteção e defesa civil em nível municipal;
- II - Promover a ampla participação da comunidade nas ações de proteção e defesa civil, especialmente nas atividades de planejamento e ações de respostas a desastres e reconstrução;
- III - Elaborar e implementar planos diretores, planos de contingências e planos de operações de proteção e defesa civil, bem como projetos relacionados com o assunto;
- IV - Elaborar o plano de ação anual, objetivando o atendimento de ações em tempo de normalidade, bem como em situações anormalidades;
- V - Capacitar recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil e promover o desenvolvimento de associações de voluntários, buscando articular ao máximo, a atuação conjunta com as comunidades apoiadas;
- VI - Promover a inclusão dos princípios de proteção e defesa civil, nos currículos escolares da rede municipal de ensino médio e fundamental, proporcionando todo apoio à comunidade docente no desenvolvimento de material pedagógico-didático para esse fim;
- VII - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a proteção e defesa civil, através da mídia local;
- VIII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover ou articular a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas de risco e das edificações vulneráveis;
- IX - implantar bancos de dados e elaborar mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidades e mobiliamento do território, nível de riscos e sobre recursos relacionados com o equipamento do território e disponíveis para o apoio às operações;
- X - analisar e recomendar a inclusão de áreas de riscos no plano diretor estabelecido pelo § 1º do art. 182 da Constituição Federal;
- XI - manter o órgão estadual de proteção e defesa civil e a Secretaria Nacional de Defesa Civil informados sobre a ocorrência de desastres e sobre atividades de proteção e defesa civil;
- XII - realizar exercícios simulados, com a participação da população, para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência;
- XIII - estar atento às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;
- XIV - comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puserem em perigo a população;
- XV - implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de

anormalidades;

- XVI - implementar os comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
- XVII - planejar a organização e a administração de abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastres;
- XVIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres, e ao preenchimento do Formulário de Informações do Desastre – FIDE;
- XIX - propor ao chefe do poder executivo municipal a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC;
- XX - vistoriar, periodicamente, locais e instalações adequadas a abrigos temporários, disponibilizando as informações relevantes à população;
- XXI - executar a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastres;
- XXII - promover a criação e a interligação de centros de operações e incrementar as atividades de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a previsão de desastres;
- XXIII - promover a mobilização comunitária e a implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil - NUPDEC, ou entidades correspondentes, especialmente nas escolas de nível fundamental e médio e em áreas de riscos intensificados e, ainda, implantar programas de treinamento de voluntários;
- XXIV - articular-se com as Regionais Estaduais de Proteção e Defesa Civil - REDEC, ou órgãos correspondentes, e participar ativamente dos Planos de Apoio Mútuo - PAM, de acordo com o princípio de auxílio mútuo entre os Municípios;
- XXV - Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à COMPDEC.
- XXVI - resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMPDEC.

Art. 3º - A COMPDEC tem a seguinte estrutura:

- I - Coordenador;
- II - Conselho Municipal
- III - Seção Técnica (Planejamento e Minimização de Desastres);
- IV - Seção de Operações.

Parágrafo Único – O Coordenador da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil será designado pelo Prefeito Municipal mediante Portaria, com observância aos artigos da Lei vigente no município, dando-se preferência a funcionário de carreira efetiva e ligado as atividades em questão.

Art. 4º - Compete ao Coordenador da COMPDEC:

- I - articular, coordenar e gerenciar ações de proteção e defesa civil em nível municipal;
- II - dirigir a entidade representando-a perante os órgãos governamentais e não-governamentais;
- III - propor ao Conselho Municipal o plano de trabalho da COMPDEC;
- IV - implementar planos diretores, planos de contingências e planos de operações de proteção e defesa civil, bem como projetos relacionados com o assunto;
- V - prover recursos orçamentários próprios necessários às ações relacionadas com a minimização de desastres e com o restabelecimento da situação de normalidade, para serem usados como contrapartida da transferência de recursos da União e dos Estados, de acordo com a legislação vigente;
- VI - recomendar a inclusão de áreas de riscos no plano diretor estabelecido pelo § 1º do art. 182 da Constituição Federal;
- VII - propor ao chefe do poder executivo municipal a decretação de

**DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE**

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)



# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012

Faxinal-Pr, sexta-feira, 18 de maio de 2018

Ano VII Edição nº78/2018

Pág. 5

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

situação de emergência ou de estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC;

VIII - manter o órgão estadual de proteção e defesa civil e a Secretaria Nacional de Proteção Defesa Civil informados sobre a ocorrência de desastres e sobre atividades de proteção e defesa civil;

IX - comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puserem em perigo a população;

X - promover a criação e a interligação de centros de operações e incrementar as atividades de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a previsão de desastres;

XI - promover a mobilização comunitária e a implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil - NUDEC, ou entidades correspondentes, especialmente nas escolas de nível fundamental e médio e em áreas de riscos intensificados e, ainda, implantar programas de treinamento de voluntários;

XII - articular-se com as Regionais Estaduais de Proteção e Defesa Civil - REDEC, ou órgãos correspondentes, à participar dos Planos de Apoio Mútuo - PAM, em acordo com o princípio de auxílio mútuo entre os Municípios;

XIII - convocar as reuniões da COMPDEC;

XIV - propor o plano de trabalho da COMPDEC;

XV - participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;

XVI - propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COMPDEC;

XVII - resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários para regular funcionamento da COMPDEC.

Parágrafo Único - O coordenador da COMPDEC poderá delegar atribuições aos membros da Coordenadoria, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observados os termos legais.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil atuará como órgão consultivo e deliberativo, sendo constituído por representantes do poder público do município, bem como por representantes das classes produtoras e trabalhadoras, de clubes de serviços, de entidades religiosas e organizações não governamentais que apoiem as atividades de proteção e defesa civil em caráter voluntário.

Art. 6º - O Coordenador é o Presidente do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observado os termos legais.

Art. 7º - Os integrantes do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da Sede do Município, restringindo-se às despesas de hospedagem, alimentação e transporte devidamente comprovadas.

Art. 8º - Ao Conselho compete:

I - manter disponível o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

II - assistir ao Coordenador na Administração da COMPDEC;

III - elaborar e controlar a entrada e saída de documentos internos e externos;

IV - confeccionar relatórios mensais, anuais e extraordinários;

V - controlar o arquivo de documentos diversos;

VI - elaborar plano de férias, licenças e controlar outras dispensas;

VII - confeccionar escalas e ordens de serviço;

Art. 9º - A Seção Técnica compete:

I - promover a ampla participação da comunidade nas ações de proteção e defesa civil, especialmente nas atividades de planejamento e ações de respostas a desastres e reconstrução;

II - elaborar planos diretores, planos de contingências e planos de operações de proteção e defesa civil, bem como projetos relacionados com o assunto;

III - elaborar o plano de ação anual, objetivando o atendimento de ações em tempo de normalidade, bem como em situações de anormalidades;

IV - capacitar recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil e promover o desenvolvimento de associações de voluntários, buscando articular, ao máximo, a atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

V - promover a inclusão dos princípios de proteção e defesa civil, nos currículos escolares da rede municipal de ensino médio e fundamental, proporcionando todo apoio à comunidade docente no desenvolvimento de material pedagógico-didático para esse fim;

VI - elaborar e promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a proteção e defesa civil, através da mídia local;

VII - implantar bancos de dados e elaborar mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidades e mobiliamento do território, nível de riscos e sobre recursos relacionados com o equipamento do território e disponíveis para o apoio às operações;

VIII - elaborar exercícios simulados, com a participação da população, para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência;

IX - planejar a organização e a administração de abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastres;

X - estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

XI - implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

XII - preparar planos de ação para cobertura de áreas de risco;

XIII - promover a criação e a interligação de centros de operações e incrementar as atividades de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a previsão de desastres;

XIV - implantar programas de treinamento para voluntariado;

XV - colher e analisar informações sobre desastres e estudos epidemiológicos;

XVI - manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à COMPDEC.

Art. 10º - A Seção de Operações compete:

I - executar campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas de proteção e defesa civil, através da mídia local;

II - vistoriar edificações e áreas de risco e promover ou articular a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas de risco intensificado e das edificações vulneráveis;

III - realizar exercícios simulados, com a participação da população, para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência;

IV - executar os comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

V - implementar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastres;

VI - estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

VII - comunicar ao Coordenador Municipal quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puserem em perigo a população;

VIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres, e ao preenchimento do Formulário de Informações do Desastre - FIDE;

## DIÁRIO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Prefeitura Municipal de Faxinal dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.faxinal.pr.gov.br](http://www.faxinal.pr.gov.br)





# ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICÍPIO DE FAXINAL

De acordo com a Lei Municipal nº 1549/2012		
Faxinal-Pr, sexta-feira, 18 de maio de 2018	Ano VII Edição nº78/2018	Pág. 6
ATOS DO PODER EXECUTIVO		

IX - vistoriar, periodicamente, locais e instalações adequadas a abrigos temporários, disponibilizando as informações relevantes à população;

X - executar a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastres;

XI - participar de programas de treinamento de voluntários;

XII - socorrer e assistir às populações ameaçadas;

XIII - reabilitar os cenários dos desastres;

XIV - elaborar o planejamento operacional;

XV - efetuar vistorias, relatórios e laudos técnicos;

XVI - manter equipes operacionais de plantão;

XVII - restabelecer ou solicitar o restabelecimento dos serviços públicos essenciais, bem estar e a moral da população de áreas atingidas por desastres;

XVIII - planejar e promover o apoio logístico nas ocorrências de desastres.

Art. 11º - Poderá a COMPDEC, no exercício de suas atividades, solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e minimizar os danos e prejuízos a que estão sujeitas a população, em circunstâncias de desastres.

Art. 12º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Faxinal, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de maio de 2018.

**YLSO ALVARO CANTAGALLO**  
Prefeito Municipal



A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificado Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normatiza estas condições.

Sendo assim, são considerados legalmente válidos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades certificadas credenciadas junto à ICP-BRASIL. Com o uso de Certificados Digitais é possível apostar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.